

Resenha: *Construindo pontes: Paulo Freire entre saberes, projetos e continentes* / Elaine Ferreira Rezende de Oliveira, Larissa Oliveira e Gabarra, Leandro de Proença Lopes (Organizadores); Anderson Gonçalves Costa...[et al.]. – Fortaleza :EdUECE, 2018. 370p.

Rosana Ribeiroⁱ

Publicar um livro sobre Paulo Freire no atual contexto em que a política educacional é ofensivamente atacada pelo golpe político-social-midiático brasileiro é, sem dúvidas, um movimento ousado de resistência. As suas ideias, mais do que nunca, precisam ser recordadas, enquanto uma chave explicativa da realidade, especialmente frente ao desejo de se recuperar o papel do educador e (re)construir o caráter autônomo e libertário da Educação, condição para a viabilização da justiça social em nosso país. Em tempos de encolhimento e perda de direitos, evocar Paulo Freire significa comprometer-se com as causas populares e com a luta pela sua emancipação. O livro que ora se apresenta simboliza uma reação ao retrocesso e conservadorismo que tenta se instalar em nossa sociedade, pois atualiza questões e temáticas presentes na obra deste importante pensador.

Os escritos de Paulo Freire atingiram diferentes campos de conhecimentos e influenciaram diversos movimentos sociais, auxiliando a reflexão acerca de processos democráticos pelo mundo afora. Fruto de seu trabalho e de sua militância, seus textos demonstram um desejo de ruptura com a lógica de “conciliação de classes” e volta-se para a educação da classe trabalhadora, explorada e oprimida. É possível reconhecer na sua posição intelectual um instrumento de luta, pois seu pensamento é atravessado pela constante tentativa de desvendar as formas de opressão-libertação vivenciadas pelos latino-americanos.

Estes e outros elementos e conceitos do pensamento freireano são ricamente abordados na publicação em tela: resultado da parceria entre professores da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro FFP-UERJ e da Universidade Internacional da Integração Luso Afro-Brasileira do Ceará – UNILAB, o livro nasce do espaço de debate sobre Educação, a partir de marcadores sociais de diferença, tais como raça e classe e desigualdade, utilizados pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão Vozes da Educação (UERJ-FFP) e pelo Grupo de Pesquisa África Contemporânea da UNILAB. O convênio firmado entre as duas universidades foi celebrado e consolidado na realização da I Jornada Paulo Freire, ocorrida na UNILAB em março de 2016, com o título “Re-construindo Pontes”. A publicação dos trabalhos decorrentes desta parceria em forma de livro marca o evento, registra o debate feito entre os

participantes e presenteia todos os pesquisadores e comunidade em geral com uma rica produção sobre a Educação Popular.

O livro é estruturado em três grandes eixos, conforme a perspectiva original da organização da I Jornada Paulo Freire: o primeiro deles denomina-se “Construindo com os Movimentos Sociais” e conta com cinco capítulos sobre os saberes populares, base dos movimentos sociais, em diálogo com a perspectiva de educação proposta por Paulo Freire. O segundo eixo, “Por dentro da Educação Bancária”, apresenta quatro artigos que tratam da Educação de Jovens e Adultos, Alfabetização e Educação Infantil, que buscam provocar o debate sobre como o pensamento de Freire se infiltra nos projetos de Educação do Estado. No terceiro eixo, chamado “Afirmando a descolonização da mente”, os quatro capítulos tiveram como desafio discutir uma epistemologia do conhecimento que, se for homogeneizante e hegemônica, pode afetar as relações entre continentes, estados, nações e entre os seres humanos, considerando suas bases, na maioria das vezes, raciais. Observa-se que esta divisão em eixos, ao contrário de segmentar as produções, auxilia o leitor/pesquisador na compreensão do que representou a I Jornada Paulo Freire em termos de discussão e reflexão coletiva acerca das categorias elencadas nos debates. Além disto, organiza didaticamente os assuntos, agrupando-os e provocando o diálogo entre eles e entre os três grandes eixos.

Convidado a prefaciar o livro, o professor, pesquisador e estudioso da Educação Popular no Brasil, Danilo Streck, situa tal produção dentro do “espírito de busca e dialogicidade” que caracteriza o pensamento de Paulo Freire. Streck apresenta o conceito de “menino conectivo” para expressar a curiosidade, a proposição de novas questões e a re colocação de antigas perguntas que caracterizam a produção freireana. Para ele, o livro situa-se dentro deste espírito de busca e diálogo que caracteriza o pensamento de Paulo Freire e os textos que o compõem constroem “pontes” de diversas naturezas, uma delas promovendo o encontro de pessoas de regiões geográficas diferentes e grupos de pesquisas que se dispõem a se pronunciar ao mundo através de seus trabalhos investigativos.

Outra conectividade se expressa na “ponte” construída entre Brasil e África, através de Paulo Freire, que representa um elo sul-sul entre países que compartilham a mesma língua e que foram unidos por uma terrível história de colonização. Nesta perspectiva, as reflexões coletivas produzidas neste livro são provocadoras no sentido de se pensar a “internacionalização” dos problemas dentro de uma mesma herança colonial que se manifesta em nossos territórios, embora de maneira distinta, mas que pode ser superada, na direção de uma vida digna para todas as pessoas.

O capítulo que inaugura a primeira parte do livro, “Costurando com os Movimentos Sociais”, tem como título “A educação popular e a pedagogia da margem em uma periferia urbana do Rio de Janeiro: as ações da Associação Comunitária Projeto Amo Sagueiro a partir da fala de seus educadores populares” e suas autoras são Elaine Ferreira Rezende Oliveira e Rejane Baptista do Nascimento. A partir da apresentação do percurso da Educação Popular no Brasil, as autoras aprofundam o tema através de pesquisa realizada em um projeto social no Complexo do Sagueiro, em São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro. Explicam que a “teorização de Freire” pode ser considerada pedagógica, já que não se restringe apenas a inferir sobre a educação e a pedagogia existentes, mas sim a analisar como educação e pedagogia devem ser propositivas. Neste sentido, ajudam-nos a perceber como a história do projeto se aglutina a partir da *cultura local*, importante pressuposto da obra freireana.

O segundo capítulo, “Movimentos Sociais e a luta por creches no Rio de Janeiro: um diálogo com Paulo Freire e a luta das mulheres no Guarabu”, tem por objetivo inventariar e atualizar a luta de Movimentos Sociais por creche. Do ponto de vista teórico e metodológico, Maria Tereza Goudard Tavares e Jane Chalão Lucchesi apresentam a pesquisa qualitativa de natureza etnográfica, entendida como uma experiência de conhecimento, e o trabalho de campo como um movimento epistêmico que possibilita a *ação-reflexão-ação* coletiva, na direção do que Paulo Freire defende como “pesquisa numa perspectiva emancipatória”. Ao problematizar algumas questões presentes na relação entre movimentos sociais e educação, as autoras contam a história de luta das mulheres para a educação das crianças pequenas, resgatando parte da experiência histórica das lutas comunitárias e demonstrando como se dá a construção e implementação de políticas públicas de educação em contextos periféricos, seus avanços, dificuldades e desafios frente à busca pela justiça social e pelo direito à educação.

Eduardo Machado, no capítulo “Desafios da intervenção acadêmica no planejamento urbano: diálogos sociológicos com a educação popular em Paulo Freire”, explica que trabalha com metodologias da pesquisa ação e da educação popular, buscando integrar ações de pesquisa, educação e extensão no meio urbano. Três elementos servem como fios condutores para revelar como os agentes populares e acadêmicos são desafiados na produção de mudanças sociais: o questionamento sobre o caráter, as potencialidades e as restrições do planejamento urbano; a capacidade de acionar ações coletivas, sequenciais e cumulativas; e a educação contextualizada e contínua enquanto exigência que deve perpassar os movimentos urbanos, integrando processos educacionais de caráter formal, não formal e informal. Assim, Machado discute referências

conceituais da Educação Popular presentes em processos de formação e planejamento de movimentos sociais e em experiências democráticas e participativas de planejamento urbano.

A análise da dimensão da prática na Educação do Campo cabe a Paulo Roberto de Souza Silva no capítulo “O MST e a educação do campo: diálogo com o pensamento freireano”. O autor busca refletir sobre a educação do MST, contextualizando a experiência do Movimento no Ceará e destacando como o pensamento de Freire se faz presente nesse percurso, em diálogo com outras teorias e construções históricas, também relevantes na educação do MST ou com a própria elaboração da “Pedagogia do Movimento”. O texto se organiza em torno de três principais aspectos da educação no MST: a organização popular e a formação dos “Sem Terra”; a luta por políticas públicas de educação; e a disputa do projeto de educação escolar, que se traduz na atualidade na concepção de “Educação no Campo”. Em seu ponto de vista, a pedagogia freireana contribui para o movimento na concepção de educação como formação humana e no seu compromisso com a libertação e a transformação social.

Encerrando o primeiro eixo do livro, tem-se o capítulo “Educação popular em saúde em tempos de SIDA/AIDS”, de Roberto Kennedy Gomes Franco. Ao socializar as experiências de educação popular em saúde dinamizadas pelos ativistas da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e AIDS (RNP+Brasil), o artigo apresenta alguns resultados obtidos durante a pesquisa de doutorado de Franco, efetuada sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético. Apontando que, na realidade brasileira, metade da população sorologicamente positiva para o HIV não concluiu o Ensino Fundamental, o autor explica que o adoecimento reproduz as contradições de classe do Capital, já que a desigualdade social aliada à opressão econômica, política e social, junto à rejeição e negligência, contribui para a vulnerabilidade global das pessoas ante o HIV/AIDS. O fio condutor da análise são os fragmentos dos relatos de entrevistas realizadas com os ativistas do grupo, que ajudam a justificar como os princípios postulados por Paulo Freire contribuem para uma educação politizadora. Trata-se de um artigo que demonstra a abrangência da proposta educativa de Paulo Freire que, ao ter como força motriz a educação popular para a emancipação, pode fundamentar não só as práticas pedagógicas voltadas para a alfabetização propriamente dita, mas também as práticas educativas promovidas por outros campos que também atuam comunitariamente.

O segundo eixo do livro, “Por dentro da educação bancária”, apresenta quatro artigos que tratam da Educação de Jovens e Adultos, Alfabetização e Educação Infantil. O desafio aqui foi pensar como ocorre o diálogo com o pensamento de Paulo Freire em projetos de Educação do Estado, às vezes progressistas no que se refere à redação dos textos dos programas,

demonstrando uma possível incorporação das suas ideias, mas conservadores na sua execução, quando não atentam para a real necessidade de emancipação da população a que se destinam.

O primeiro capítulo deste eixo denomina-se “Usos e abusos do pensamento freireano em política de Alfabetização de Jovens e Adultos em contexto neoliberal” e foi escrito por Marcia Soares de Alvarenga e Milena Bittencourt Pereira Medeiros. As autoras fazem uma análise crítica, partindo do Programa Alfabetização Solidária (PAS), do governo de Fernando Henrique Cardoso, no período de 1997-2002. Analisando os documentos publicados pelos principais programas de alfabetização induzidos pelo governo federal, as autoras consideram que, ao menos discursivamente, a política de alfabetização parece buscar nas contribuições do pensamento freireano a principal fonte para a construção do consenso, com vistas a dar maior legitimidade às orientações político-pedagógicas. Contudo, o sistema de parcerias que se estabeleceu reforçou o modelo caritativo e populista de execução das políticas. Ocorre, então, nesta perspectiva, uma apropriação descontextualizada das idéias de Paulo Freire, o que nos serve como alerta sobre os riscos que corre o pensamento deste educador, frente às tentativas de incorporá-lo a um discurso oficial, que se percebe antagônico às concepções de “educação como prática da liberdade”.

Tratando da Educação de Jovens e Adultos – EJA – no estado do Ceará, o trabalho “Formação Contínua de educadores de jovens e adultos numa perspectiva freireana” provoca a reflexão sobre os desafios e possibilidades da formação contínua de educadores na atualidade. Os autores Jacqueline Cunha da Serra Freire, Elisangela André da Silva Costa, Elcimar Simão Martins e Sinara Mota Neves de Almeida explicam que a história da EJA no Brasil só se constituiu como pauta das políticas educacionais brasileiras a partir da década de 1940, ainda assim marcada, por exemplo, pela descontinuidade política e pedagógica, traduzida em movimentos contraditórios de avanços e retrocessos, de acordo com as políticas de governo e seus distintos projetos de sociedade. Neste movimento, educadores e sociedade civil organizada foram fundamentais para que gradativas conquistas na EJA fossem alcançadas. Contudo, há uma distância entre o “direito proclamado” e o “direito vivido”, uma vez que, aos jovens e adultos, não é suficiente a garantia da matrícula para que se efetive o seu direito de aprender: fazem-se necessárias práticas educativas que considerem a história, a experiência e os saberes destes sujeitos, bem como as suas expectativas em relação ao seu processo formativo.

O capítulo seguinte, “Gestão por resultados na educação básica: contrapontos à educação para a liberdade freireana”, escrito por Jeannete Filomeno Pouchin Ramos, Virna do Carmo Camarão e Anderson Gonçalves Costa, aborda o tema da avaliação em gestão imposta pelo Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) e faz uma análise crítica, baseada nas

contribuições teórico-conceituais da educação emancipadora em Paulo Freire. Os autores explicam que a melhoria dos indicadores educacionais no Ceará, resultante da “eficácia” do PAIC, desperta no governo federal o interesse por federalizá-lo, o que ocorre em 2013 com a implantação do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa –PNAIC. O estudo realizado conclui que o programa promove uma desqualificação do contexto social, político e cultural no processo de ensino-aprendizagem, em que a formação docente é tomada de forma pragmática e instrumental. Ao problematizar a “gestão por resultados” imposta ao sistema de ensino por programas desta natureza, constata-se o afastamento da proposta de “Educação para a liberdade” elaborada por Paulo Freire e filia-se a relação ensino-aprendizagem a uma “Educação bancária”, tão criticada por educadores freireanos no Brasil.

No capítulo “Caminhos e Descaminhos teóricos no trabalho de pesquisa com a pequena infância: contribuições dos estudos sociais da infância e da obra de Paulo Freire”, Heloisa Josiele Santos Carreiro promove um “desdobramento reflexivo” em torno de alguns aspectos abordados em sua pesquisa de doutorado. A autora teve como intenção priorizar as vozes das crianças em seu exercício investigativo cuja pesquisa ocorreu em um Centro de Educação Infantil (CEI) no estado do Rio de Janeiro. Envolveu os adultos e as crianças da instituição em um processo de pesquisa-ação e as interações desses sujeitos com as rotinas propostas na instituição. Neste movimento, a autora compartilha as idéias de Paulo Freire sobre as especificidades humanas, pois as crianças a ajudavam a refletir, avaliar, investigar e transformar as práticas planejadas e desenvolvidas naquele espaço de Educação Infantil. Os estudos feitos sobre os conceitos de práxis e de diálogo na obra freireana contribuíram para que as rotinas arquitetadas e os cotidianos vividos pelos adultos e crianças fossem revisitadas e discutidas.

O terceiro eixo do livro, chamado “Afirmando a descolonização da mente”, é composto por quatro artigos e instiga a reflexão sobre uma epistemologia do conhecimento que, se for hegemônica e homogeneizante, pode afetar as relações entre continentes, estados, nações e entre os seres humanos, já que, na maioria das vezes, se sustenta em bases raciais.

O artigo que inaugura este eixo é de Mairce Araujo e Regina de Fatima de Jesus, “Alfabetização, Interculturalidade e questões étnico raciais no cotidiano escolar: diálogos com Paulo Freire”. As autoras, ao apresentarem suas experiências em trabalhos de pesquisa e extensão, buscam dar visibilidade às microações afirmativas cotidianas que podem auxiliar a criar caminhos e possibilidades contra hegemônicas na educação. Têm como objetivo refletir sobre a imbricação entre o processo de alfabetização no cotidiano escolar de crianças, jovens e adultos das classes populares, questões étnico-raciais e os legados freireanos. As aproximações

entre Paulo Freire, a epistemologia da complexidade e os estudos pós-coloniais podem, segundo as autoras, apontar novas direções para a construção de práticas alfabetizadoras emancipatórias, especialmente em contextos históricos em que a exclusão e a negação das diferenças culturais compõem o processo de colonização, impondo uma cultura dominante.

Larissa Oliveira e Gabarra, autora do texto “A desconstrução do “outro” por uma educação libertária: uma experiência de extensão universitária do ensino de História da África no Ensino Fundamental II”, apresenta a pesquisa em que se propôs a analisar o ensino de História da África no Ensino Fundamental em diálogo com o Currículo Mínimo de História. Segundo a autora, no currículo reside “uma aparência ideal”, que oculta as vozes de agentes sociais que não estão contemplados em tal aparência, mas estão presentes na realidade. O enunciado do currículo de História se apresenta como universal, mas constata-se que somente os agentes sociais dominadores são representados na História. Retomando as idéias de Paulo Freire, argumenta que a aprendizagem só ocorre quando os dominados tomam para si suas próprias palavras, fazem com que elas sejam ouvidas e retiram do dominador o monopólio do saber.

Para conhecer um pouco acerca da presença de Paulo Freire na África e sua influência até os dias atuais, tem-se o trabalho do grupo ELOSS da UNILAB, composto por Jacqueline Cunha Serra Freire, Elisangela André da Silva Costa, Elcimar Simão Martins e Sinara Mota Neves de Almeida, “*Téla nón, clóçon nón: Paulo Freire e Memórias sobre a Alfabetização de Adultos em São Tomé e Príncipe no pós-independência*”. O texto busca sintetizar reflexões tecidas a partir de incursões de pesquisa de campo e da revisão de literatura, percebendo as contribuições de Paulo Freire na reconstrução do país a partir da alfabetização e educação de adultos e memórias de educadores. O artigo divide-se em duas partes: na primeira, o poema *Ilha Nua*, de Alda do Espírito Santo, introduz a contextualização sobre São Tomé e Príncipe. Na segunda parte, elementos históricos da educação e alfabetização de adultos dialogam com as vozes de sujeitos que participaram da história educacional naquele país. Os autores explicam, dentre outros aspectos, que as rupturas com a herança cultural do colonizador, a descolonização das mentes e a reafricanização de nacionais requer um processo que compreenda e faça concretizar a educação como um ato político, vinculado à produção da existência material e composição cultural do seu povo.

Em “Sob o signo de Paulo Freire: considerações acerca do projeto de universidade popular”, de Leandro Proença, o leitor poderá ter contato com uma análise do projeto original da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB – fruto da cooperação internacional Sul-Sul. Retomando a questão “É possível fazer educação popular na

escola pública?”, de Paulo Freire, Proença pergunta se é possível pensar a educação formal transformada pelos princípios da educação popular, voltada para os interesses de uma sociedade onde “caibam todos” e não pautada na desigualdade. Propõe que se pense na educação para o povo, mas, principalmente numa educação a partir do povo. O desafio que se impõe, então, é pensar a educação popular não mais pela margem, mas em seu potencial transformado, num contexto de superação da desigualdade entre as classes sociais.

O capítulo que encerra o livro, “Alguns aspectos da educação popular na Guiné-Bissau: o encontro de Paulo Freire com a obra de Amílcar Cabral”, de autoria de Glauciana Aparecida de Souza, busca apontar as ricas e inovadoras experiências deste importante educador relatadas em seu livro *Cartas à Guiné-Bissau, registros de uma experiência em processo* (1978). Nesses escritos de Paulo Freire, percebe-se a influência de Amílcar Cabral, principalmente no que se refere ao conceito de *Cultura*, compreendida como uma das principais armas na luta por uma educação emancipatória. Para a autora, a intenção de Paulo Freire ao publicar a experiência em processo em *Cartas à Guiné-Bissau* foi compartilhar com seus leitores um olhar dinâmico sobre as atividades em desenvolvimento e explicitar os problemas teóricos e práticos com os quais ia se deparando durante a implantação do projeto de alfabetização de jovens e adultos.

Desta maneira, o livro consegue retomar vários pressupostos epistêmicos e metodológicos da obra de Paulo Freire, além de promover relações entre diversas instituições brasileiras, em particular entre professores, pesquisadores e estudantes da UNILAB e da UERJ. No atual momento em que a sociedade brasileira convive com a barbárie se instalando, seja através da retirada de direitos historicamente conquistados, seja pela violência fatal contra ativistas sociais, crianças e adolescentes, seja pela intolerância religiosa e/ou outras tantas expressões da maldade e intransigência, o lançamento de um livro como este representa, um marco de resistência e luta. Todos que se comprometem com as causas populares têm nesta obra vários exemplos de como é possível construir a resistência a partir das universidades, revisitando questões e temáticas presentes na obra de Paulo Freire, mais atual do que nunca ao responder a diversos desafios enfrentados pela educação contemporânea. Portanto, trata-se de uma contribuição inestimável que pode provocar o leitor a pensar sobre sua própria inserção enquanto educador, sua relação com as temáticas sociais, econômicas e políticas. Penso ser um verdadeiro convite de retomada das ideias de Paulo Freire com vistas à transformação social.

ⁱ Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME)